

A influência da classe ociosa no contexto econômico-social do estado desenvolvimentista*

Maria S. de B. Guimarães**
Jersone Tasso Moreira Silva***

Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar, a partir de *A Teoria da Classe Ociosa* de Thorstein Veblen, o comportamento ético da classe ociosa brasileira como raiz da estagnação do país e sua influência na construção do Estado desenvolvimentista. Fazendo-se uma análise dos aspectos político, econômico e social dos momentos históricos e da influência lusitana na constituição da classe ociosa brasileira, observou-se uma convergência econômica mantenedora dos privilégios da classe dominante e do desequilíbrio social, influxos da ingerência na adoção do ideário da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). O ócio liga-se ao consumo para de ostentar a reputação social. Como consequência, o Estado brasileiro difundiu uma moral individualista e ociosa, tornando-se, assim, o princípio ético instaurado no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: classe ociosa; estado desenvolvimentista; ética.

Abstract

The objective of this study is to identify, through the Theory of the Leisure Class of Thorstein Veblen, the ethic behavior of the Brazilian leisure class as the base for the country stagnation and its influence in the building of country development. Analyzing the political, economical and social aspect of historical moments and the Portuguese influence in the construction of the Brazilian leisure class, it was observed an economic convergence maintaining privileges of the dominant class and the social unbalance influx of the mismanagement in adopting the idealistic CEPAL. The leisure is connected to consumption with the purpose of maintaining the social reputation. As a consequence, the Brazilian government spread the individualistic and leisure moral becoming, therefore, the ethic principle of the modern Brazil.

Key words: leisure class; development country; ethic.

* Os autores agradecem as sugestões e os comentários dos pareceristas anônimos, ressaltando que os erros e omissões eventualmente remanescentes são de sua exclusiva responsabilidade.

** Economista pelo Centro Universitário de Ciências Gerenciais (CCG/UNA). Coordenadora do Programa Bolsa Escola Federal de Contagem – MG.
E-mail:

stelaguima@brfree.com.br

*** Economista, Mestre pela San Diego State University, C.A., Doutor pela Universidade Federal de Viçosa. Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Centro Universitário de Ciências Gerenciais (CCG/UNA).
E-mail: jersone.tasso@una.br

Introdução

A *Teoria da Classe Ociosa*¹, de Thorsten Veblen, baseia-se na evolução das sociedades humanas buscando o momento do aparecimento da instituição da classe ociosa, que para ele resulta do início da propriedade. A propriedade, gradualmente instituída como grau de riqueza do indivíduo, provoca nos hábitos sociais um comportamento de consumo competitivo, conseqüente do processo histórico do qual o indivíduo procura se estabelecer no padrão social da classe economicamente dominante e, por assim dizer, honrosa.

Segundo Veblen (1987), a classe ociosa não tem outra motivação além da ação pecuniária, pois trata-se de procedimento social normal e muito bem visto dentro das “virtudes ociosas”. Assim, logo que a propriedade se torna a base da estima social, torna-se ela também um requisito da auto-satisfação que se chama respeito próprio. Nesse instante, percebe-se que o processo econômico tem o caráter de luta entre os homens pela posse de bens.

No caso brasileiro isso significa que o padrão de decência nos gastos é determinado pelo que vigora entre aqueles que se encontram num patamar superior à respeitabilidade. A essa classe cabe determinar qual esquema de vida que a comunidade deve adotar como decente ou honroso.

A Teoria da Classe Ociosa é primordialmente um estudo do surgimento da classe em questão e como esta é até hoje o centro de decisões daquilo que será considerado o padrão de vida digno para qualquer ser humano.

Ao avaliar-se a sociedade brasileira, tem-se que a “elite”² seria a manifestação social específica da classe ociosa, e seus hábitos, costumes e ações não fogem às regras do comportamento ocioso abordado por Veblen.

Nessa identificação entre o conceito geral da classe ociosa e a singularidade da classe econômica brasileira, tem-se que o papel da classe ociosa na evolução social consiste em retardar o movimento e conservar o que é obsoleto. Nesse sentido, o problema que irá se investigar é: como desenvolver projetos de desenvolvimento econômico-social para o Brasil, tendo em vista que o nosso *ethos*³ está voltado à manutenção dos privilégios da elite patrimonialista?

Nesse limiar, a partir de *A Teoria da Classe Ociosa* de Veblen, juntamente com os estudos históricos que averiguam as distinções e idéias de que somos herdeiros, tentar-se-á reconhecer a postura básica pela elite brasileira nos planos de desenvolvimento apresentados no Brasil. O estudo tem por objetivo determinar o comportamento ético-social como problema-raiz da estagnação brasileira e sua influência na construção do Estado desenvolvimentista.

Para tanto, as seções que se seguem serão apresentadas respectivamente de acordo com a abordagem de Veblen em sua *A Teoria da Classe Ociosa*, seguida da constituição do Estado Português, referenciando sua base social em conjunto com traços que comprovem que dali partiram nossas origens ociosas. Dando prosseguimento, adentrar-se-á na história do Brasil Colônia até a constituição da República, o que é

¹A primeira edição de 1989 com o título *The Theory of the Leisure Class*.

²Elite – o que há de melhor numa sociedade ou grupo. O comportamento dessa classe se difere das demais no que concerne a sua influência dentro dos padrões de comportamento do conjunto social e pelo traço conservador de suas ações nas decisões em nível econômico, social e político.

³*Ethos*, do latim, significa costumes. Deste surgiu a *Ciência do Ethos*, da qual provém o conceito de ética, que tem como princípio a idéia do Bem como fim absoluto e transcendente da vida humana (VAZ, 1993).

essencial, diante do que se pretende singularizar. Nesse sentido, serão contextualizados fatos e referências de outros autores, comprovando a existência da classe em questão, a qual é representada em diversos segmentos sociais, mas necessariamente dentro da classe dominante, que conjuntamente lidera o Estado Brasileiro.

Constituída a análise pela qual se identificará a existência da classe ociosa no Brasil, será referenciada a década de 1950 na história brasileira por representar um grande marco no tocante à instituição do processo de planejamento em prol do desenvolvimento nacional ante os centros hegemônicos. Essa seção abordará as teses desenvolvidas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e sua influência no campo político, econômico e social do Brasil, principalmente no tocante aos planos exercidos nessa década.

O propósito da investigação de Veblen é discutir o lugar e o valor da classe ociosa em sua qualidade de fator econômico da vida moderna

1 A classe ociosa de Veblen

Veblen, com *A Teoria da Classe Ociosa*, expôs um estudo das diferenças entre as classes baseando-se na etnologia.

A instituição de uma classe ociosa é o resultado de uma discriminação, bem cedo estabelecida, entre as diversas funções, segundo a qual algumas são dignas e outras indignas. Estabelecida a discriminação, as funções são aquelas em que intervém um elemento de proeza ou façanha, as funções indignas são as diárias e rotineiras em que nenhum elemento de proeza existe (VEBLEN, 1987, p.8).

A classe ociosa se instituiu nos primeiros estágios da cultura bárbara, a qual já apresentava uma distinção entre as ocupações masculinas e femininas. Essa divisão coincide com a classe

trabalhadora e uma classe ociosa (VEBLEN, 1987). Aos homens eram reservadas as funções não-industriais e às mulheres as funções do trabalho servil. Para o homem, as tarefas femininas eram indignas de comportamento masculino, e esse preceito era fruto da tradição.

O primeiro passo para qualquer instituição advém dos costumes que são de propriedade da cultura de cada sociedade. Essa tradição cultural é que garante a permanência de qualquer instituição (VAZ, 1993).

Juntamente com o aparecimento de uma classe ociosa surge o início da propriedade. O conceito de propriedade se estende da propriedade da mulher para incluir a propriedade de produtos.

Desse modo, mostra-se a instituição da propriedade privada, cujo valor gradualmente baseia-se na utilidade de consumo, mas sem abdicar seu caráter de prova honorífica. A acumulação de bens se traduz em riqueza e essa é a base convencional da estima social.

O propósito da investigação de Veblen é discutir o lugar e o valor da classe ociosa em sua qualidade de fator econômico da vida moderna, através de uma linha de investigação da origem dessa instituição, bem como as características da vida social não-comumente classificadas como econômicas.

Esse comportamento ético da classe ociosa, também conhecida como “elite”, está até hoje representado na sociedade contemporânea. É interessante observar que o modo de agir do indivíduo é a expressão de sua personalidade ética e, portanto, a nossa sociedade hoje expressa justamente o comportamento de consumo tão bem abordado por Veblen.

O consumo tem como característica a ilimitada aquisição de bens, principalmente os de melhor excelência. Esse princípio de consumo serve como norma de respeitabilidade entre os homens, sendo que qualquer desvio de tal norma é considerado aberrante dentro da classe ociosa.

A importância da análise de Veblen é no tocante a uma análise socioeconômica mundial, a qual se encontra num estado de niilismo ético enraizado na racionalidade econômica, reduzindo, assim, a ideologia ética, como ciência da justiça e do bem, como ciência da ação justa e boa, para uma ação de produção e consumo.

No que diz respeito à sociedade brasileira, tem-se que é bem representada no hábito consumista. Desse hábito advêm grandes problemas socioeconômicos até hoje não solucionados. Tal fato se deve à dependência política representativa da classe dominante, que é fruto da classe ociosa e detentora da riqueza.

Historicamente, o Brasil é herdeiro de uma nação ibérica, Portugal, que sempre se apresentou desorganizada socialmente e representada por uma hierarquia que traçava a injustiça social, no tocante aos privilégios hereditários (HOLANDA, 1976).

Denotar a singularidade envolvendo a Teoria da Classe Ociosa, a Sociedade Brasileira e a Ética para a fundamentação da análise das classes dominantes, no contexto da análise econômico-social, é um passo primordial para uma sociedade mais justa.

2 A formação da classe ociosa no Brasil

2.1 A Lusitanidade

Para o fomento da análise aqui pretendida, é inevitável que seja traçada a formação do Estado português e sua constituição social que, por sua vez, trará à luz a classe ociosa vebleniana.

Esse processo de formação pode ser encontrado em diversas obras, mas primordialmente na obra *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, um clássico que retrata a formação econômico-social do Estado brasileiro dentro da composição lusitana.

Nessa obra, Faoro (1984) discorre sobre o Estado patrimonialista de estamento português que marcadamente irá transcender a formação do Estado patrimonialista de estamento brasileiro. Essa análise é de notória observação e compreensão, pois ali uma classe ociosa fazia-se: seus hábitos e costumes irão constituir uma instituição particular, mas certamente ociosa.

O termo *patrimonialismo* é inserido na história da civilização portuguesa desde os primeiros golpes da “Reconquista da Península Ibérica”, na qual a coroa conseguiu adquirir um imenso patrimônio rural.

Do patrimônio do rei – o mais vasto do reino, mais vasto que o do clero e, ainda, no século XIV, três vezes maior que o da nobreza – fluíam rendas para sustentar os guerreiros, os delegados monárquicos espalhados no país e o embrião dos servidores ministeriais, aglutinados na corte (FAORO, 1984, p. 4).

A propriedade aqui instaurada nesse relato mostra o sentido emulatório, no qual riqueza confere honra e superação. O rei torna-se supremo comandante militar, cuja autoridade se prolonga na administração e na justiça. Nessa monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos como um titular de riqueza eminente e perpétua que conduzirá a economia como se fosse empresa sua (FAORO, 1984).

Esta ocupação honorífica conferida ao rei configurará um padrão de ação coletiva que com o tempo tornar-se-á uma instituição; ou seja, um conjunto de hábitos, costumes e modos de pensar cristalizados em práticas aceitas e incorporadas pela comunidade. Tal hábito é indispensável na consecução de uma teoria ou esquema exequível de vida.

Vale salientar que nessa trajetória o fato convencional da competição definida por Veblen como traço de luta pela posse de bens retratará a toda nobreza e clero. Uma vez que a propriedade é a base de estima social, esta se verificará na necessidade de possuir tantos ou mais bens quanto os outros de sua classe; ou seja, as medidas políticas, administrativas e jurídicas adotadas pelo rei influirão para retardar a autonomia dessas classes frente ao seu domínio. Do mesmo modo, essas últimas adotarão a mesma postura para as classes logo abaixo delas na escala social e assim sucessivamente.

Essa estratificação de classes (nobreza, clero, coroa) nada mais é do que um sistema elaborado de *status*, estamentos, referente à acumulação de riqueza, honras – uma classe ociosa estruturada.

Em meados do século XIV, a Revolução Portuguesa apresentará particularidades não apenas no âmbito interno, mas também no âmbito externo de suas relações. D. Fernando, último soberano da dinastia de Borgonha, manteve uma política de conflito com o Reino de Castela, trazendo prejuízos à formação e à ascensão de classe burguesa, que visava criar condições para a aquisição de produtos de luxo consumidos pela nobreza. Esse prejuízo estende-se nas relações de troca com a burguesia castelhana, pois esta permitia a variedade de produtos cuja demanda interna exigia.

Diante do exposto, podem-se frisar várias singularidades da classe ociosa. Primeiramente, verifica-se o consumo por parte da nobreza, o qual faz surgir um intenso comércio e uma classe burguesa cada vez mais rica, tanto em capitais como em empreendimentos, provando o quanto são necessários esses bens de luxo como sinal de força pecuniária.

O ócio será examinado na relação de exploração dos feudos. Aos olhos da classe

ociosa, o trabalho conserva força inferior e vil, dando-lhe o direito de explorá-lo e mostrar a sua capacidade pecuniária de viver uma vida inativa.

Sérgio Buarque de Holanda reforça essa premissa em sua obra *Raízes do Brasil*:

Um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia destes povos é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda a moral fundada no trabalho (HOLANDA, 1976, p.9).

A burguesia, historicamente qualificada como classe precursora do capitalismo, no caso português encontra dois obstáculos: um na ordem de restrição ao comércio com os castelhanos e o outro relativo ao poder de frente da classe aristocrática, temerosa de dividir sua posição de poder e riqueza. A influência da classe aristocrática sobre as camadas populares tanto se perpetua que, à medida que estas subiam na escala social, deixavam de ser portadoras de sua primitiva mentalidade de classe para aderirem à classe dominante (HOLANDA, 1976). A burguesia portuguesa não escapa desse modo de proceder, tornando-se uma burguesia sem “virtudes econômicas”, mas, sim, de “virtudes ociosas”.

Seguindo a ordem cronológica dos fatos históricos da nação portuguesa, a Revolução de Avis (1383-1385), que obteve amparo das massas descontentes, constituiu um novo marco evolutivo nas políticas de relações da estrutura social dominante. A elite política e econômica teve que renunciar a alguns privilégios para acalmar os ânimos populares, sem, no entanto, alterar a estrutura de poder e a relação de exploração já vigente.

2.2 Do Brasil Colônia ao Brasil República

Três décadas após a descoberta de Cabral, a coroa distribuiu as terras do novo mundo em regime de sesmarias. Contudo, apesar de bem-

sucedida, essa medida não foi suficiente para impedir as tentativas de estabelecimento dos franceses no litoral do Atlântico Sul.

Em 1534, a coroa portuguesa instituiu o regime de capitâneas donatárias que incentivava a colonização e, ao mesmo tempo, privatizava os custos. Os portugueses não obtiveram sucesso com essa experiência, tornando necessária uma coordenação – o rei D. João III criou o Governo Geral – da estrutura político-administrativa, judicial, fiscal e militar diretamente subordinada à metrópole. Essa manobra alcançou êxito: os franceses foram definitivamente expulsos do Brasil em 1556, consolidando a conquista e iniciando o processo de colonização (AQUINO, 1999).

Essa nova empresa do rei, a empresa colonizadora, deveria encaixar-se nos moldes do contexto comercial ascendente. Assim, para garantir suas posses, decretou o “exclusivismo comercial”, envolvendo fidelidade entre colônia e metrópole nas suas relações, acrescida de uma inelutável presença controladora representada pelo Governo Geral. Sua característica principal era a exploração – nada que fugisse aos costumes lusitanos de viver – baseada na atividade agroexportadora, tendo como especialidade a produção açucareira.

À formação do *ethos* lusitano atribuem-se traços ociosos e, para tanto, a escolha do açúcar não terá escapatória deste infortúnio. O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho (HOLANDA, 1976, p.8). Classificado por Holanda como espírito aventureiro, o gosto pelo ócio, atribuído tradicionalmente aos portugueses, e a exacerbação das classes dominantes, marcadamente, incutirão à colonização brasileira técnicas rudimentares, extraindo-se do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios.

A ética para este tipo de homem aventureiro se dará à ordem moral da audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, enfim, tudo quanto se relaciona com a concepção larga do mundo.

O homem aventureiro, imbuído de espírito empreendedor, demonstrava sua façanha ao desbravar o desconhecido (mares e terras além-mares), tendo como meta econômica a riqueza fácil, sobretudo através do extrativismo e pilhagem, utilizando-se de suor alheio para a manutenção da vida ociosa. Nesse diapasão, temos a seguinte assertiva de Veblen: “No ponto de vista econômico, o ócio, considerado como uma atividade, está estreitamente ligado à vida de façanhas...” (VEBLEN, 1987, p.25).

Partindo desse princípio, ao processo de formação da unidade produtora do açúcar, já presente a abundância de terras, só caberá resolver o “problema do trabalho”. Frustradamente, tenta-se o trabalho indígena e, posteriormente, inicia-se a introdução de escravos africanos no Brasil.

Sobre a escravidão, Veblen cita: “As mulheres e os outros escravos têm alto valor, como prova de riqueza e como meio para a acumulação de nova riqueza” (1987, p.28).

Estabelecida a ordem econômica no Brasil Colônia, nasce juntamente a sociedade do açúcar, esta em que o título de senhor de engenho confere ao seu possuidor a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens.

A família patriarcal instituída forma o grande modelo em que se calçarão as relações entre governantes e governados, e por serem essas relações assim definidas e instituídas, o título de senhor de engenho, ordem máxima conferida, será considerado tão alto quanto os grandiosos títulos de nobreza do Reino de Portugal (HOLANDA, 1976).

Na origem desse espírito de facção podem distinguir-se as mesmas virtudes aristocráticas que foram tradicionalmente o apanágio de nosso patriciado rural (HOLANDA, 1976, p.48).

Perante alguns pontos da constituição inicial da sociedade brasileira, verifica-se que nessa indistinta classe, atrelada a origens personalistas, o planejamento se dará em função do imediatismo e da racionalidade voltada ao indivíduo, colocando o social como fútil nas relações competitivas. Ou seja, a atividade moral estabelecida é inversa ao princípio ético de crescimento social, que seria a abnegação dos interesses particulares em nome do interesse comum (QUINTANEIRO, 1995).

Segundo Da Fonseca (1993), o que garante a coesão interna de um agrupamento humano é a obediência dos indivíduos a certas normas de comportamento sustentadas por sanções de aplicação geral.

Apesar do enobrecimento do título de senhor de engenho, da institucionalidade da família patriarcal como classe dominante política e econômica da Colônia Mercantilista Portuguesa, esta permanecia fiel e obediente ao soberano Rei. Nenhuma rebeldia se lançou contra o poder da coroa, que se manteve íntegra até o florescimento dos sentimentos libertários trazidos pela Revolução Francesa (SCATIMBURGO, 1978).

A sociedade brasileira, ou neoportuguesa, traçava sua elite governamental: senhores de engenho e delegados, todos, sem exceção, nomeados e acomodados pelo Rei. As formas de inserção e prestígio desta elite resumiam-se a hábitos ostentatórios, restritos basicamente à moradia rural onde estavam seus haveres e peças de luxo. As cidades eram reservadas para momentos únicos de solenidade e festejos (HOLANDA, 1976).

O consumo por bens de luxo não é tão preponderante quanto no presente corpo nobre lusitano: sua emulação se dará à ordem de riqueza territorial latifundiária e escravocrata, lançando o hábito de poupança, ou também acumulação de moeda, como novo comportamento derivado da classe rural, mas sem excluir sua condição de ociosa.

Em meados do século XVII, a conjuntura econômica do Brasil Colônia encontrava-se em transformação, favorecendo a busca de metais preciosos. O sistema açucareiro atravessava período de declínio, provocado pela concorrência do açúcar antilhano, criando-se condições à corrida do ouro: vale notar que tal levante empreendido pela coroa justifica-se na indisposição de perder sua maior fonte de renda, calcada sem o mínimo de esforço pelo nobre português.

As primeiras descobertas remontam à última década do século XVII, cujas notícias espalharam-se rapidamente em todo território colonial e metropolitano. Grandes massas de indivíduos se deslocam para as regiões delimitadas, provocando desordem na empresa do Rei. Nesse consoante de acontecimentos, a região mineradora recebe uma estrutura burocrática metropolitana, permitindo a regulamentação da nova atividade econômica, estabelecendo-se a ação fiscal, pois esta era a grande preocupação portuguesa.

A dinâmica da mineração acarretou transformações sociais na colônia, uma vez que possibilitou o surgimento de novos grupos sociais, principalmente comerciantes, incorporados na camada intermediária, entre senhores e escravos, que até então era inexpressiva. Tal acontecimento se deve à necessidade de abastecimento das regiões mineradoras, deslocando o eixo econômico do Nordeste para o Centro-Sul, o que induzirá a transferência da

capital para a cidade do Rio de Janeiro. Inicia-se a configuração urbana nos hábitos brasileiros. A estrutura social sofre mudanças, colidindo com o ambiente já adaptado ao poder pela classe de senhores de engenhos e, daí, a resistência ao progresso social, fechando-se no estamento.

Quando a família real aportou no Brasil com seu numeroso corpo ocioso, iniciou-se a formação da nova classe dirigente da Colônia, que já era constituída de uma outra classe: a classe de senhores de engenhos

2.2.1 A Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil

A riqueza gera o poder, o que significa competir entre os já dominantes. Nesse sentido, questiona-se a posição da política.

Quando a família real aportou no Brasil com seu numeroso corpo ocioso, iniciou-se a formação da nova classe dirigente da Colônia, que já era constituída de uma outra classe: a classe de senhores de engenhos. E a luta pelo poder assim se requalifica.

... é a participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado, ou mesmo com a finalidade de desfrutar a sensação do prestígio produzida pelo poder (QUINTANEIRO, 1995, p.122).

Muitos senhores não se mostraram satisfeitos e muito menos conformados. Mas o medo da inferioridade fez com que entrassem nesse novo jogo de *status*. A família patriarcal adotou forçosamente os prazeres da vida ociosa de outros, pois, não participando dela, certamente perderia muito das regalias conquistadas a duras façanhas. Dessa forma, todo o país muda: os portos

abrem (pagos os devidos encargos), sentimentos de Estado fluem, festas incessantes acontecem, são construídos teatros, introduzidos estilos europeus, a literatura é reconhecida, a organização política é novamente estratificada e o ouro guardado agora é tratado para o consumo.

Nada mais lúcido pode confirmar tamanha transformação:

A cidade passou a ser sede de um Reino, com todos os seus adendos: Cortes, tribunais, conselhos, embaixadas, ministérios. As ocasiões de cerimônia tornaram-se cotidianas: desfiles das guardas de honra, missas com coro e orquestra nas igrejas, recepções no palácio, sessões solenes e a novidade do teatro (CALDEIRA, 1995, p.76).

Para os que vieram, os nobres lusitanos, tudo era motivo de resmungue para tamanha decadência, chegando aos ouvidos dos colonos como ofensa e provocação. Mas, uma vez que os estrangeiros estavam falidos, o jeito seria perder a majestade, rebaixar-se e tratar com essa gente de classe desqualificada para angariar meios de reconstruir a cidade e viver outra vez com a dignidade que isso lhes confere.

Veblen descreve:

A classe ociosa se acha, em grande proporção, ao abrigo da pressão daquelas exigências econômicas prevalentes em qualquer comunidade organizada... (VEBLEN, 1987, p.91).

Mesmo com essa prática, a elite local não conseguiu evitar contradições de interesses, principalmente na ordem econômica, pois a elite metropolitana se valia do aparelho burocrático como fonte privilegiada de recursos, nada empregando na produção. Nesse contexto, o Rei D. João VI adota uma postura política infeliz, desagradando a todo o segmento dominante. Eclode a "Revolução Liberal do Porto", promovendo profundas transformações no interior das elites rurais e mercantilistas do Brasil.

Expressando isso melhor pode-se afirmar que a revolução seria o fruto do antagonismo entre brasileiros e portugueses. Estes últimos detinham o monopólio dos postos mais altos, eram os donos do poder. Assim, cabia aos brasileiros os postos inferiores. Contudo, ideologicamente não se diferenciavam em muito, pois tinham a mesma visão patrimonialista do Estado, e o colonialismo era a forma de manter essa condição inalterada.

Mas a evolução social processa-se, principalmente, pelo intermédio idealizador inglês do Liberalismo, que nada mais é do que a garantia da sobrevivência e superação da classe ociosa inglesa.

A classe ociosa tem representatividade em todos os países. A globalização, hoje assim intitulada, sempre existiu, e o que diferencia o processo no momento atual é a velocidade da transmissão das informações e o alcance que ela possui no campo manipulador. Muitas vezes, dependendo da mera forma como a informação é transmitida, esses recursos possibilitam condenar ou exaltar, em nível mundial, atitudes tomadas.

Então, adentra-se no conservantismo. Único motivo eminente presente nesse processo: cada grupo defende a conservação de seus meios de enriquecimento e poder. Como garantir a manutenção desse *status quo*? A solução encontrada foi a Independência do Brasil.

2.2.2 Brasil Império

No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro I assume a responsabilidade do movimento de independência. O Brasil adota a monarquia como forma de governo, centralizando o poder e o exercendo-o autoritariamente.

Segundo Quintaneiro (1995), o Estado sempre assumiu a responsabilidade primária do

desenvolvimento econômico e social. O patrimonialismo adveio de uma combinação exercida mediante a autoridade, uma obediência habitual e tradicional. De acordo com Aquino (1999), uma das primeiras medidas tomadas pelo imperador foi quanto à estrutura fundiária do Brasil. Essa nova situação, assumida em 1823, e que perdurou até 1850, estabeleceu um regime de posses, contrariamente ao sistema de sesmarias: primeiramente, devia-se explorá-las e depois seria dada a legalização da propriedade. É verdade que acabou se formando o minifúndio, mas sua duração foi curta. O Estado, em 1850, com a promulgação da Lei das Terras – pela qual a terra passava a ser uma mercadoria e meio de comércio – manteve o controle da vida da senhoriagem.

Faoro lembra que:

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros (FAORO, 1984, p.434).

A elite agrária, ativa nos seus latifúndios, desaparece diante do virtuoso círculo de negócios. Para camuflar tanta esperteza, o Império conduz seu teatro: O Poder Moderador e a Constituição de 1824. Durante todo o século XIX, esse figurino poupa o Brasil de perturbações revolucionárias.

No período que compreende o reinado do D. Pedro II até a proclamação da República, conforme já citado, as instituições sofrem uma adaptação requerida para o reajustamento do esquema de vida pelas pressões das exigências pecuniárias ou econômicas (VEBLEN, 1987).

Apesar do segundo Bragança ser imbuído do liberalismo burguês na estrutura de seus costumes, fazendo frente ao processo capitalista,

foi inevitável a colisão com as antigas instituições, que se tornaram peças fundamentais na queda do regime monárquico (SCATIMBURGO, 1978).

A crise eclode na guerra contra o Paraguai. A classe guerreira renasce, quer a moralidade no Estado bem como desfrutar do estamento. Por que agora estava de fora? Os demais ociosos já estavam infiltrados nos gabinetes, moldando o tipo social do político, do empresário.

A República Federativa do Brasil é proclamada em 15 de novembro de 1889, assumindo o poder o Marechal Deodoro da Fonseca. A história continua, os atores mudam, mas a trama será sempre a mesma; ou seja, onde houver a mínima instituição da propriedade privada, o processo econômico estará envolto em luta entre os homens pela posse de bens (VEBLEN, 1987).

3 A influência da classe ociosa no estado desenvolvimentista brasileiro

O traçado histórico brasileiro conduz ao reconhecimento da existência de fatos que comprovam a vinculação de hábitos arraigados, determinando a conduta das classes inferiores, mas predominantemente característicos da classe ociosa. Tais hábitos tornam-se de difícil desvinculação, uma vez que o conjunto de forças sociais tão claramente disposto na sociedade, presente e preservado desde os primórdios da história da civilização, incita nas diversas classes o desejo da acumulação. A capacidade do indivíduo em assimilar conceitos e hábitos que sobremaneira o elevem ao reconhecimento deferido à classe dominante estimula a fixação do parâmetro referencial, *ethos*, pois vem ao encontro do tão desejado perfilhar social proporcionado pelos mesmos.

O fato é que hábitos de pensamentos proferidos pela elite determinam o conceito da

ética entre as diversas classes. Esses conduzem à pseudoverdade de que do poder emana o “certo”, o “bom” e o “correto”, gerando a busca do *status* que aufere o enquadramento social na moral instituída pela classe dominante.

A classe ociosa, à medida em que acumula riquezas, promove sua diferenciação através das variadas posições de destaque

Com a evolução da sociedade, a ocorrência de estratificação acaba impoñto uma seleção natural de classes. Isso se deve ao fato de que a evolução advém do crescimento da produção dos meios, resultando na intensificação das relações sociais e na constante organização da sociedade. Quanto mais complexa a economia de uma determinada sociedade, mais se destaca a distinção entre as classes, que se estabelecem e mantêm de acordo com a proporcionalidade de produção. O progresso técnico e as novas possibilidades de vida e consumo despertaram nos homens uma enorme vontade por riqueza e poder (DA FONSECA, 1993).

O conservantismo é uma característica da classe ociosa. Veblen define-o da seguinte maneira:

O fato de os usos, ações e idéias da abastada classe ociosa adquirirem o caráter de uma regra normativa de conduta para o resto da sociedade acrescenta peso e extensão à influência conservadora daquela classe, obrigando todas as pessoas respeitáveis a seguirem seu exemplo. De modo que, mercê da sua posição de avatar da boa forma, vem a classe rica a exercer uma influência retardadora no desenvolvimento social... (VEBLEN, 1987, p.92).

A classe ociosa, à medida em que acumula riquezas, promove sua diferenciação através das variadas posições de destaque. O ócio liga-se diretamente ao consumo e tem como sua

finalidade básica ostentar a reputação social. O consumo exagerado de bens, especialmente os de maior excelência, que excedam o mínimo necessário à subsistência, pertence invariavelmente à classe ociosa, sendo essa prerrogativa fator de indução ao desejo das demais classes. O consumo conspícuo torna-se norma de ostentação e destaque dentro da sociedade brasileira.

No que antecede a tal contexto a ser analisado, a estrutura econômico-social brasileira assim se encontrava: o Brasil era uma República Federativa constituída pelo regime representativo, pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Os partidos políticos eram nacionais, constituídos pelas mesmas correntes que se revezavam no poder durante o regime monárquico, o que compreendia os militares, os nobres, os cafeicultores, a burguesia exportadora e importadora, todos devidamente incorporados no Estado. Diante desta competição pelo poder, reinava instabilidade política, refletindo-se em várias modificações constitucionais, e até a última grande guerra mundial a economia mantinha o caráter agroexportador.

No contexto internacional, a introdução de novas técnicas de produção, proferidas pelas duas grandes guerras mundiais, atingiu apenas uma pequena fração da população mundial e fez crescer os grandes centros industriais, enquanto países periféricos como o Brasil apenas desfrutavam das migalhas desse aumento de produtividade, cumprindo o papel de abastecer os centros hegemônicos com produtos primários (BIELSCHOWSKY, 1996).

As reformas brasileiras de cunho econômico e social dar-se-ão pelas induções externas a padrões de consumo suntuosos praticados pelas classes sociais mais ricas, justamente no momento da queda das atividades agroexportadoras, gerando déficit no balanço de pagamentos.

Abria-se campo para discussões sobre o verdadeiro papel dos Estados Latino-Americanos no contexto internacional de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Seu alcance atingiu a economia política brasileira, inspirada na escola keynesiana, difundindo a industrialização e a consolidação do desenvolvimento capitalista, lançando as sementes do intervencionismo econômico.

A Cepal surge no final da década de 1940, tendo como objetivo explicar o atraso da América Latina em relação aos centros desenvolvidos. O conceito fundamental desse organismo é “centro-periferia”, segundo o qual a divisão internacional do trabalho é causada pelo capitalismo industrial, com efeitos diferenciados nas economias, tornando-as opostas em termos de estágios de desenvolvimento.

Diagnosticada essa situação, a Cepal elaborou a tese de deteriorização dos termos de troca, revertendo o argumento liberal e ressaltando a defesa de que as regiões atrasadas é que transferem os seus ganhos de produtividade para as regiões desenvolvidas, caracterizando, dessa forma, um desenvolvimento “para dentro”.

O que se verifica é uma constante queda do poder de compra de bens industriais condicionada pelos baixos valores dos bens primários, ou seja, se as economias periféricas cobrirem-se das forças do livre mercado nunca alcançarão o desenvolvimento econômico e também social. A saída para esta retração do poder de compra é a participação do Estado como agente econômico direto, cabendo-lhe promover o desenvolvimento e responder pelo planejamento, provendo a necessária infraestrutura para a expansão industrial, não hostilizando o capital estrangeiro, mas ressaltando a entrada de empresas estrangeiras em setores de serviços públicos – O Estado do Bem-Estar (BIELSCHOWSKY, 1996).

Com isso, a Cepal e Raul Prebisch, representante máximo dessa instituição, inauguravam uma nova interpretação do comércio internacional e do subdesenvolvimento.

Durante os anos de 1950, o modelo da Cepal foi usado por diversos economistas brasileiros, dentre os quais vale citar Furtado (1983). Sua idéia serviu de inspiração para o Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparcelhamento Industrial do segundo Governo Vargas e, principalmente, para o Plano de Metas, no governo Juscelino, o qual fora orientado pela Comissão Mista Brasil-EUA e pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL.

Para alcançar os objetivos pretendidos, fazia-se necessário um grande volume de capital a fim de importar técnicas e equipamentos com tecnologia de ponta. Essa necessidade levou à captação de recursos externos, o que explica o baixo nível de poupança interna brasileira. Tal característica expressa o hábito consumista da sociedade brasileira – características proeminentemente implantadas com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. No que se refere ao consumo brasileiro, este se fazia por bens de luxo, principalmente por parte da classe alta. O restante da população, diante dessa imagem, dispunha de sua pequena renda para adquirir o máximo de bens possíveis.

Com o aprimoramento da produção industrial, favorecida pela onda desenvolvimentista, advém a importação de hábitos de consumo e atitudes sociais e aspirações de bem-estar próprios de países de alto estágio de acumulação. Esses novos anseios somente serão atendidos através da atuação conjunta de crescimento econômico e equidade social.

A opção por essa presença maciça de investimentos externos tem ressalva temporal para a fluidez dos objetivos e metas do processo de industrialização brasileira. Acomoda-se no seu

cerne a rápida lucratividade por parte da classe burguesa, vindo a tornar-se a mais nova participante da elite ociosa brasileira. Justifica-se o raciocínio perante a introdução do imperialismo e a acumulação monopolista, excluindo-se o restante da população da divisão dos lucros (MANTEGA, 1995).

O Estado autônomo assegura a permanência e entrada dos que lhe convêm no jogo do poder, negando-se a assumir as responsabilidades que lhe cabe prover.

Pelas palavras de Giovanni Reali, Aristóteles assim descrevia o papel do Estado:

É no Estado que o indivíduo, por efeito das leis e das instituições políticas, é levado a sair do seu egoísmo e a viver conforme o que é subjetivamente bom, assim como conforme o que é verdadeira e objetivamente bom. Deste modo o Estado, que é último cronologicamente, é primeiro ontologicamente... (REALI, 1994, p.432).

A estratégia cepalina foi aplicada e pode sustentar-se no ponto de vista econômico, mas foi ineficaz na esfera social, para a massa trabalhadora. Em sua análise, essa carecia de ponderações políticas e sociológicas, pois também o mercado consumidor é formado por pessoas e estas estão envolvidas no processo produtivo.

Dessa maneira, o Estado Brasileiro tende a difundir uma moral individualista e ociosa, a qual torna-se o princípio ético instaurado no Brasil. Esse fato é justificado pela presença da mais pura classe ociosa na sua composição: a elite rural, política, mercantilista e burguesa.

O processo de industrialização promovido pelo Estado não proporcionou, conforme proferido pela CEPAL, a automática e espontânea transformação nas condições sociais da maioria da população. Esse fato pode ser explicado pelo perfil do brasileiro, que no geral desenvolve e assume um *ethos* institucionalizado pela classe ociosa brasileira.

De acordo com Faoro:

Para que medre essa camada, ontem comercial, hoje industrial e amanhã financeira, o governo há de estar presente, atuante, armado. Dentre as classes, predomina a lucratividade, especuladora nos seus tentáculos, apta menos a produzir do que a enriquecer, em consórcio indissolúvel ao estamento burocrático, este também especializado em comissões e conselhos, alheio à sociedade, desta tutor, ou em momentos de normalidade, no exercício de discreta curatela (1984, p.724).

Todo tema relacionado com a ética é complexo. Sua aplicação nas ciências econômicas ainda é bastante debatida. A sociedade brasileira traz consigo uma moral arraigada, desde os tempos primórdios, cujas características principais são individualismo e atitudes de ostentação através do consumo conspícuo. Da Fonseca (1993) mostra que, pelo argumento filosófico e econômico, a pobreza ou a riqueza de qualquer nação se baseia na qualidade ética dos “jogadores”, ou seja, dos atores sociais e políticos envolvidos em qualquer estratégia de desenvolvimento. O autor mostra também que o ponto central desse argumento é o fato de que a autoridade do poder soberano é, antes de mais nada, autoridade moral. Isso nos leva a perceber que a classe dominante, enquanto classe ociosa, tem uma predo-minância decisiva no aparato estatal, não possibilitando à nação constituir o seu desenvolvimento social e econômico.

Conclusão

Considerando o perfil do cidadão brasileiro, no qual o consumo condiciona o indivíduo a participar da estrutura social capitalista, observa-se que o ócio liga-se ao consumo para ostentar reputação social. Como consequência, o Estado brasileiro difundiu uma moral individualista e ociosa. Essa postura acabou se tornando o princípio ético instaurado no Brasil contemporâneo.

Por outro lado, ações econômicas recessivas, por parte do governo, nada tem de ético, pois impossibilitam o cidadão de ter uma vida digna nos padrões estabelecidos.

A sociedade brasileira traz consigo uma moral arraigada, desde os tempos primórdios, cujas características principais são individualismo e atitudes de ostentação através do consumo conspícuo

Feita uma crítica à atual posição política do Brasil, de vertente neoclássica, é importante que se ressalte aqui que na Teoria Neoclássica, amparada na idéia de que a remuneração do capital produz utilidade e que toda renda representa igualmente a contribuição produtiva da propriedade, o papel do governo é cumprir os contratos e defender a propriedade privada. Entretanto, essa sempre foi uma das defesas do Estado patrimonialista brasileiro.

Essa relação se fazia, primeiramente, entre os nobres e a vassalagem e, para tanto, ao Estado cabia a defesa e manter essa instituição, que lhe era conveniente. Com o crescimento das relações sociais, a produção aprimorava-se e dela advinha uma “nova” relação entre, assim conceituados, empregador e empregados. O grau de subordinação e as regras de conduta, em ambas as épocas descritas, mantiveram em grande parte os mesmos moldes morais, só que agora há o “salário”. Esse novo componente, que serve de elo entre as relações produtivas, não partiu de uma atitude caridosa por parte da classe mercantil monetária. Deve-se antes à necessidade de constituir uma demanda por bens e, dela, os lucros – a riqueza.

Nesse contexto, o Estado também acompanha o desenvolvimento econômico-social, mas, através da cultura, privilegia os interesses

da classe ociosa. Portanto, nada mais lúcido do que dizer que este Estado Neoclássico nada tem de novo, pois mantém a condição de resguardar a estrutura social nos moldes normativos da classe dominante. Ou seja, o discurso neoclássico disfarça o autêntico sistema capitalista que, por sua vez, é imperfeito e ineficiente no tocante à justiça distributiva.

Os aspectos político, econômico e social dos momentos históricos e da influência lusitana na

constituição da classe ociosa brasileira levaram a uma convergência econômica mantenedora dos privilégios da classe dominante e do desequilíbrio social. O desequilíbrio social, para ser corrigido, envolve tempo e deve partir de programas de incentivo à educação. Através desse veículo cultural, poder-se-ão traçar novos conceitos morais que, por sua vez, poderão trazer nova luz à nação brasileira na busca de novos caminhos para o desenvolvimento.

Referências

- AQUINO, R. S. de L. et al. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 599p.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 480p.
- CALDEIRA, J. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 557p.
- DA FONSECA, E. G. **Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 244p.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1984. Vol. I e II.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**; apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 355p. (Os Economistas).
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976. 154p.
- MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 288p.
- QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**/Tania Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 157p.
- REALI, G. **História da filosofia antiga**.. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1994. 503p. – (Série História da Filosofia)
- SCANTIMBURGO, J. de. **Tratado geral do Brasil: estudos brasileiros da formação da nacionalidade à prospectiva futura**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978. 571p.
- VAZ, H. C. de L. **Escritos de Filosofia II: ética e cultura**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993. 293p.
- VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Tradução de Olívia Krähenbühl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1987. 181p. (Os Economistas).